



Número: **0600159-15.2020.6.16.0170**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **25/10/2020**

Processo referência: **0600159-15.2020.6.16.0170**

Assuntos: **Inelegibilidade - Condenação Criminal por órgão colegiado ou Transitada em Julgado, Impugnação ao Registro de Candidatura, Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Vice-Prefeito, Eleições - Eleição Majoritária**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Registro de Candidatura - RRC nº 0600159-15.2020.6.16.0170 (DRAP nº 0600137-54.2020.6.16.0170) que julgou improcedente a impugnação apresentada por Paulo Pereira dos Santos e, por consequência, deferiu o requerimento de registro de candidatura de Sebastião Antonio Martinez para concorrer com o número 55 e nome de urna Martinez, ao cargo de Vice-Prefeito do Município de Mamborê, no corrente pleito municipal. (Impugnação por Paulo Pereira dos Santos ao Registro de Candidatura de Sebastião Antonio Martinez, ao cargo de Vice-prefeito, pelo partido Democratas - DEM, integrante da coligação Trabalhando se Faz a Diferença 55-PSD / 25-DEM / 45-PSDB / 15-MDB, no município de Mamborê/PR, alegando inelegibilidade vez que o impugnado foi condenado e teve sentença condenatória confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná pelo crime de Fraude a Licitação -Superfaturamento na Aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado - enriquecimento ilícito, trazendo como efeito a improbidade administrativa prevista no artigo 10, VIII e XII, da LIA, incidindo assim no artigo 1º, I, e, "1" da Lei Complementar nº 64/90 - autos nº 0000450-77.2009.8.16.0107 VCível Mamborê). RE1**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO PEREIRA DOS SANTOS (RECORRENTE)		THAYCILLA ANDRESSA ANTUNES (ADVOGADO)	
SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ (RECORRIDO)		PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ (ADVOGADO) VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO (ADVOGADO) VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17139 616	05/11/2020 11:02	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 56.732

RECURSO ELEITORAL 0600159-15.2020.6.16.0170 – Mamborê – PARANÁ

Relator: ROGERIO DE ASSIS

RECORRENTE: PAULO PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: THAYCILLA ANDRESSA ANTUNES - OAB/PR103132

RECORRIDO: SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ

ADVOGADO: PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ - OAB/PR0037315

ADVOGADO: VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - OAB/PR0034199

ADVOGADO: VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS - OAB/PR0074384

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA – ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. VICE-PREFEITO. INELEGIBILIDADE DA ALÍNEA “L”, INCISO I, DO ARTIGO 1º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº64/1990. AUSÊNCIA DE CONDENÇÃO EM SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. ATENDIDAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. REGISTRO DEFERIDO.

1. A condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que não importe em condenação à suspensão dos direitos políticos, não gera a inelegibilidade prevista no artigo 1º, inciso I, alínea “I”, da Lei Complementar nº 64/90.
2. Recurso Eleitoral conhecido e negado provimento.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 04/11/2020

RELATOR(A) ROGERIO DE ASSIS



RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por PAULO PEREIRA DOS SANTOS, em face de sentença proferida pela 170ª Zona Eleitoral de Mamborê/PR, que julgou improcedente a impugnação ao registro de candidatura de SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ deferindo, dessa forma, seu registro.

Em suas razões recursais, o recorrente sustenta que o recorrido foi condenado por ato doloso de improbidade administrativa e, portanto, não reúne uma das condições de elegibilidade. Afirmar que o candidato estaria com seus direitos políticos suspensos, bem como estaria incidindo na inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “I” da LC nº 64/90. (ID 13226716)

Em contrarrazões, o recorrido aduz que a sentença que reconheceu a improbidade administrativa do recorrido afastou expressamente o pedido de condenação na perda ou suspensão de direitos políticos. Informa ainda que tal decisão ainda não transitou em julgado estando em prazo para a apresentação de recurso especial/extraordinário.

Esclarece que não é qualquer condenação por improbidade administrativa que importa em inelegibilidade, mas apenas aquelas que expressamente condenem na suspensão dos direitos políticos por lesão ao patrimônio público. (ID 13227116)

A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso interposto, visto que não restaram configurados todos os requisitos necessários a fazer incidir a inelegibilidade em tela. (ID 14528816)

É o relatório.

VOTO

O recurso é tempestivo e preenche os demais requisitos legais de admissibilidade, pelo que, dele conheço.

Mérito

Trata-se o presente recurso de discussão acerca da incidência do artigo 1º, inciso I, alínea “I”, da Lei Complementar nº 64/1990, que assim dispõe:

“Art. 1º. São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

(...)



l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; (Incluído pela Lei Complementar nº 135/2010)”.

O fato objetivo em questão trata-se da condenação por órgão colegiado sofrida pelo candidato impugnado no âmbito do processo da Apelação Civil nº 0000450-77.2009.8.16.0107, proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 25 de agosto de 2020.

O impugnante alega que a condenação sofrida fora por ato doloso e que o impugnado teria agido com má-fé, utilizando-se de valores do poder público para enriquecimento ilícito, pois fraudou processo licitatório, superfaturando a aquisição de aparelhos de ar-condicionado.

Analisemos os elementos caracterizadores da inelegibilidade prevista na alínea supracitada: i) condenação à suspensão dos direitos políticos; ii) decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado; iii) condenação por ato doloso de improbidade administrativa, iv) enriquecimento ilícito e v) dano ao erário.

Passemos a análise dos requisitos.

1. Condenação à suspensão dos direitos políticos.

Pela documentação acostada aos autos (ID 13225066) verifica-se que Sebastião Antônio Martinez foi condenado pela prática de improbidade administrativa às penas de ressarcimento integral do dano e ao pagamento de multa civil, não tendo sido condenado à suspensão dos seus direitos políticos. Condenação essa mantida em grau de recurso, havendo apenas redução da multa.

Transcrevo trechos da decisão condenatória:

1.Ex positis, com supedâneo no art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para o fim de condenar a requerida pela prática do ato de improbidade administrativa prevista no art. 10, incisos VIII e XII, da Lei 8.429/1992, em razão do que lhe aplico as seguintes penas, em conformidade com o art. 12, inciso II, da mesma legislação:

a) Ressarcimento integral do dano ao erário, no valor R\$ 24.497,00, atualizados nos termos do artigo 398 do Código Civil e das Súmulas 43 e 54 do Superior Tribunal de Justiça;

b) Pagamento de multa civil de duas vezes o valor do dano que deverá ser ressarcido aos cofres públicos, para cada requerido.



Verifica-se, portanto, que o candidato ora impugnado não foi condenado a suspensão de seus direitos políticos, sendo apenas condenado ao ressarcimento ao erário e a multa.

A alínea supracitada é clara ao disciplinar que a inelegibilidade estará caracterizada quando da ocorrência de condenação à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

Como visto acima, o candidato não foi condenado à suspensão de seus direitos políticos.

Não incide assim a causa de inelegibilidade. Vejamos o que diz o Tribunal Superior Eleitoral:

“O reconhecimento da causa de inelegibilidade descrita no art. 1º, I, I, da Lei Complementar 64/1990, segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, reafirmada nas Eleições de 2016, demanda a condenação à suspensão dos direitos políticos, por meio de decisão transitada e, julgado ou proferida por órgão colegiado, em razão de ato doloso de improbidade administrativa que importe, cumulativamente, dano ao erário e enriquecimento ilícito. (TSE, Ac. De 01/02/2018 no Respe 23184, Re. Min. Luiz Fux). Grifo nosso.

A doutrina também entende ser necessária à condenação expressa à suspensão dos direitos políticos, vejamos o que diz Luiz Carlos dos Santos Gonçalves em seu livro Direito Eleitoral:

“A inelegibilidade está condicionada à fixação da suspensão dos direitos políticos. A orientação jurisprudencial é no sentido de que a suspensão dos direitos políticos não tem aplicação automática, exigindo que o juiz não apenas dose o seu quantum como decida se vai ou não a aplicar.”

Verificamos acima que o candidato impugnado não sofreu condenação à suspensão dos seus direitos políticos, na ação em tela, por ato de improbidade administrativa, sendo apenas condenado ao ressarcimento dos danos ao erário.

Em conclusão, entendo que o julgamento da Ação Civil Pública nº 00000450-77.2009.8.16.0107 deixou de condenar o candidato Sebastião Antônio Martinez à suspensão de seus direitos políticos deixando de incidir no presente caso a causa de inelegibilidade prevista na alínea ‘I’ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90.



DISPOSITIVO

Diante do exposto, voto pelo **CONHECIMENTO** e no mérito **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Eleitoral, mantendo íntegra a sentença que julgou improcedente a impugnação e deferiu o registro de candidatura de **SEBASTIÃO ANTÔNIO MARTINEZ**, para concorrer ao cargo de vice-prefeito nas eleições de 2020 no município de Mamborê.

É como voto.

ROGÉRIO DE ASSIS

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL Nº 0600159-15.2020.6.16.0170 - Mamborê - PARANÁ - RELATOR: DR. ROGERIO DE ASSIS - RECORRENTE: PAULO PEREIRA DOS SANTOS - Advogado do(a) RECORRENTE: THAYCILLA ANDRESSA ANTUNES - PR103132 - RECORRIDO: SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ - Advogados do(a) RECORRIDO: PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ - PR0037315, VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - PR0034199, VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS - PR0074384

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 04.11.2020.

